



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 5/25

FL. N.º 125

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 17 DE JULHO DE 2025

N.º 5/2025/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho; -----

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 17 de julho de 2025; -----

Mesa (CDS/PP): -----

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;-----

1º Secretário: A 2ª Secretária, Rita Alexandra Alves Casal, assumiu o lugar do 1.º Secretário, por sua ausência.-----

2ª Secretária: O lugar não foi ocupado.-----

Membros eleitos pelo CDS/PP: -----

- José António Abrantes Soares de Almeida;-----
- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;-----
- Ricardo Jorge da Costa Oliveira, em suplência de Jorge Manuel Santos Silva;-----
- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;-----
- José do Nascimento Peres;-----
- José Augusto Tavares Ferreira;-----
- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----
- Alexandra Pinho;-----
- Vítor Miguel Brandão Soares, em suplência de Francisco Jorge Rodrigues de Sousa.-----

Membros eleitos pelo PS: -----

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;-----
- Ana Raquel Tavares Pinheiro;-----

2025.07.17

- José Hermínio Tavares Fernandes;-----
- João Pedro Costa em suplência de António Miguel Pinho Martins de Castro.-----

Membros eleitos pelo PSD: -----

- João Paulo Carvalho da Silva;-----
- Ana Rita Fernandes Martins;-----
- Daniel Alexandre Martins Barbosa.

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP)-----

- Arménio Tavares Lige, Arões;-----
- Nelson Fernandes de Almeida, Cepelos;-----
- Henrique Martins Pereira, Junqueira;-----
- António Luís Martins da Costa, Rôge;-----
- Luís Alberto Soares Ferreira, vogal da Junta, em suplência do Presidente, Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;-----
- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

Presidente da Junta de Freguesia (PS)-----

- Vítor de Sousa Tavares, Macieira de Cambra.-----

Nos termos do disposto da alínea r) n.º1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - RJAL, esteve presente em representação da Câmara Municipal o Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva.

Assistiram ainda à sessão, os vereadores: -----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes;-----
- José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho;-----
- André Agostinho Martins da Silva;-----
- Tiago Correia Fernandes;-----



- Frederico da Costa Martins. -----

Pelas 20 horas e 11 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 22 deputados municipais, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa,** Manuel Miguel Pinheiro Paiva, **declarou aberta a sessão.**-----

Cumprimentou os seus pares na Mesa, líderes das bancadas e restantes deputados municipais, o Sr. Presidente, José Pinheiro e Silva, em representação da Câmara Municipal, e os respetivos vereadores; -----

Cumprimentou os colaboradores do Gabinete de Apoio, bem como a equipa que se encontrava a fazer a transmissão da sessão através da página de Facebook do Município, cumprimentando, também, todos quantos acompanhavam a sessão online, no país e no estrangeiro, bem como, os que se deslocaram ao Salão Nobre para assistir presencialmente. -----

AUSÊNCIA E SUPLÊNCIA:-----

O Sr. Presidente da Mesa informou que, ao abrigo do artigo 79.º da Lei 169/99 de 18 de setembro e suas alterações, **em suplência e conforme solicitado,** foram convocados para participar na sessão:-----

- **Ricardo Jorge da Costa Oliveira,** a pedido do deputado municipal Jorge Manuel Santos Silva, ausente por motivo de conflito de interesses com o ponto em apreciação (mensagem recebida em 09/07/2025); -----

- **Vítor Miguel Brandão Soares,** a pedido do deputado municipal Francisco Jorge Rodrigues de Sousa, ausente por motivo de saúde (mensagem recebida em 14/07/2025); -----

- **João Pedro Costa,** a pedido do deputado municipal António Miguel Pinho Martins de Castro, ausente por motivo profissional (mensagem recebida 14/07/2025);-----

2025.07.17

- Por impossibilidade da presença do Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares, (e-mail recebido em 17/07/2025, pelas 11:53h), **esteve presente, o Sr. Luís Alberto Soares Ferreira**, Vogal da referida Junta, que, depois de verificada a sua identidade e legitimidade, **tomou posse**, integrando o plenário após a leitura e validação do Auto de Tomada de Posse. -----

Estiveram ausentes sem possibilidade de serem substituídos, Daniel Alexandre Martins Gonçalves, por motivo profissional, (mensagem recebida em 10/07/2025) e **Rosária de Fátima Leite Tavares**, por motivos pessoais, (e-mail recebido em 17/07/2025 pelas 19:05h) e **Manuel Domingos Fernandes Almeida**. -----

Tendo em conta o **artigo 39.º do Regimento da Assembleia Municipal**, não se verificou o cumprimento do previsto no n.º 4, pelo deputado municipal **Manuel Domingos Fernandes Almeida**, que não procedeu à apresentação do pedido de justificação da sua falta.-----

De seguida, já com 25 deputados municipais presentes, deu início à análise e discussão dos assuntos da Ordem de Trabalhos que se transcreve: -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. Aprovação do Plano Diretor Municipal – PDM.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações;---

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: -----

Aprovação do texto e respetivas minutas. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. APROVAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – PDM: -----



O Sr. Presidente da Mesa, anuindo ao pedido feito, deu de imediato a palavra ao deputado municipal, João Carvalho da Silva, que após os cumprimentos, proferiu a seguinte **DECLARAÇÃO DE NÃO VOTO**: -----

“João Paulo Carvalho da Silva, na qualidade de membro eleito da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, vem, por esta via, declarar que não participa na votação do ponto 1 da ordem de trabalhos, por não se encontrar em condições legais e éticas para deliberar conscientemente sobre o mesmo, com os seguintes fundamentos: -----

Considero que a ausência de informação essencial, nomeadamente a omissão dos nomes dos cidadãos que, no âmbito do período de discussão pública, apresentaram propostas de alteração ao Plano Diretor Municipal que foram tecnicamente acolhidas e posteriormente validadas pelo Executivo Municipal, estando agora integradas no documento em apreciação nesta Assembleia, compromete por completo a possibilidade de verificação de eventuais impedimentos legais nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). -----

Sem acesso à identificação dessas pessoas, não é possível aferir se existem incompatibilidades, nomeadamente laços familiares até ao segundo grau (como previsto na lei), ou ligações profissionais, económicas ou técnicas que possam configurar situação de impedimento. Este contexto obriga os membros da Assembleia Municipal a votarem às cegas, sem garantir os pressupostos mínimos de imparcialidade, o que constitui não apenas uma falha ética, mas uma vulnerabilidade jurídica que pode, futuramente, implicar responsabilidade individual e comprometer a validade da deliberação. -----

A ocultação deliberada desta informação impede o exercício consciente do mandato e coloca todos os eleitos sob risco de estarem a intervir em matéria onde estão legalmente impedidos, ainda que por desconhecimento forçado. -----

2025.07.17

Assim, torna-se impossível votar com segurança jurídica e institucional. -----

A falta de acesso à documentação completa contraria frontalmente os princípios da imparcialidade e da transparência administrativa. Esta Assembleia é chamada a deliberar sobre um dos instrumentos mais estruturantes para o território de Vale de Cambra, o Plano Diretor Municipal, sem os elementos que permitiriam uma decisão consciente, responsável e juridicamente segura. -----

Este PDM foi já validado pelo Executivo camarário e contém propostas que, para além de tecnicamente discutíveis, são socialmente perturbadoras, como a instalação de uma unidade de indústria pesada junto ao Jardim de Infância de Codal, local onde diariamente estão crianças em idade pré-escolar, algumas delas ainda amamentadas pelas suas mães. Esta escolha revela um desprezo absoluto pela saúde pública, pela segurança dos mais novos e pela sensibilidade mínima exigida na gestão do território. -----

Mais ainda, este PDM condena o interior do concelho, perpetuando o abandono sistemático de uma parte significativa da nossa população. Não se trata apenas de uma falha técnica, trata-se da ausência de uma visão territorial equilibrada. ----

Um concelho sem estratégia industrial, sem visão de futuro, e sem respeito pelas suas freguesias periféricas. As populações do interior esperam há mais de doze anos por verdadeiras oportunidades de desenvolvimento. Este documento, tal como está, desilude, exclui e empobrece. -----

Compreendo profundamente a indignação dos muitos valecambrenses que há demasiado tempo esperam legitimamente pelo PDM como esperança de vida digna e futuro possível. E lamento que este processo, conduzido de forma opaca e pressionada, nos tenha arrastado para este enredo de desconfiança, ausência de debate e atropelo à democracia local. -----

Mas ninguém me pode julgar por querer defender os interesses de todos os valecambrenses, nem muito menos por me recusar a ser cúmplice de



[Handwritten signature]

irregularidades que podem acarretar prejuízos jurídicos, económicos e sociais incalculáveis para toda a comunidade. -----

Face ao exposto, imputo à Mesa da Assembleia Municipal e ao seu Presidente todas e quaisquer responsabilidades políticas e jurídicas, caso se venha a verificar, à posteriori, a violação do artigo 69.º do CPA, por via da sonegação de informação indispensável à análise dos impedimentos legais. A votação nestas circunstâncias poderá constituir a prática de de um ato administrativo potencialmente anulável nos termos dos artigos 165.º, 171.º e 172.º do CPA, com efeitos retroativos. -----

Esta declaração visa não apenas proteger juridicamente a minha posição individual enquanto membro eleito desta Assembleia Municipal, mas também afirmar, com toda a firmeza, que esta oposição não legitimará métodos opacos, nem alimentará decisões que atentam contra o interesse público, a dignidade das instituições democráticas locais e o futuro das famílias valecambrenses. -----

Vale de Cambra, 17 de julho de 2025 "-----

O Sr. Presidente da Mesa deu conta da entrada da declaração de não voto, apresentada pelo deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva, e explicou que se trata de uma manifestação de não participação no debate e na votação. No entanto considerou que a mesma tem a ver com a condução dos trabalhos, uma vez que este afirmou que se estava perante uma situação opaca e de irregularidade. Em face da declaração proferida, o Sr. Presidente da Mesa, dirigindo-se a todos os presentes e aos que assistiam à transmissão online, afirmou perentoriamente que compete à Mesa e a si, em particular, assegurar o regular funcionamento da Assembleia Municipal, e o rigoroso cumprimento de todas as normas legais, e nessa medida, considerou que estavam assegurados todos os requisitos legais e procedimentais conducentes, para que a Assembleia Municipal possa apreciar e decidir sobre o Plano Diretor Municipal, tendo

2025.07.17

competência para o aprovar. Acrescentou que a questão suscitada pelo deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva, tinha a ver com um relatório que surgiu na sequência de uma sessão da Assembleia Municipal extraordinária de julho, no âmbito da qual, posteriormente foram apresentadas algumas propostas e sugestões, que foram tratadas pelo gabinete coordenado pelo Dr. Armando Ribeiro, uma a uma, e que depois foram presentes a uma reunião da Câmara Municipal, e grande parte, pelo que lhe foi dito, foram atendidas e outras não foram, mas cada documento não tem o nome de quem requereu, tendo sido atribuído um código a cada proposta, sendo esse código que aparece precisamente, porque como é um documento que se encontra a circular nos serviços, para salvaguardar o bom nome e a privacidade na proteção de dados de cada uma dessas pessoas, a responsável pela proteção de dados, considerou que seria a forma adequada de lidar com o assunto. Por último, deu nota que o senhor deputado teve a gentileza de lhe dar conta dessa sua posição, que obviamente respeita e é legítima, tendo-lhe transmitido que na Assembleia Municipal não iria haver votação ponto por ponto, mas sim a votação de um documento em bloco, sendo dada uma decisão sobre o todo e não pontualmente.

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, que cumprimentou todos os presentes e enviou uma saudação muito especial a todas as pessoas que acompanhavam a sessão através da transmissão online, tanto em Portugal como no estrangeiro.-----

De seguida a fim de todos ficarem devidamente contextualizados, deu a palavra ao Dr. Armando Ribeiro, para apresentar o PDM e dar conta do relatório de ponderação.-----

Seguiu-se a apresentação técnica do PDM. -----

- O Dr. Armando Ribeiro proferiu a apresentação que a seguir se transcreve:-----



"Esta apresentação vem na sequência da apresentação que foi feita dia 27 de julho do ano passado, e tem a ver com a apresentação dos resultados da discussão pública.-----

A Câmara Municipal apreciou a proposta, e deliberou em 14 de maio de 2024 dar início ao período de discussão pública. Essa discussão pública decorreu em dois períodos. Iniciou-se dia 3 de julho e iria prolongar-se de junho até 18 de julho de 2024, e depois, quando houve a sessão aqui na Assembleia, foi solicitado por esta Assembleia, que houvesse um segundo período de discussão pública, que decorreu de 12 de agosto a 23 de setembro de 2024.-----

A proposta do PDM, que esteve disponível nestes dois períodos de discussão pública, esteve disponível no site da Internet e nos serviços de planeamento, todos os dias úteis das 9h30 às 12h30 e das 14h30 às 17 horas. Todos os intervenientes tiveram a possibilidade de apresentar as suas sugestões, informações, reclamações ou observações, através do preenchimento de um impresso próprio, que é este que está aqui ao lado. No âmbito da discussão pública, houve sessões de esclarecimento em todas as Juntas de Freguesia, e na União das Freguesias houve três sessões; uma em Vila chã, outra em Codal e uma em Vila Cova de Perrinho, e depois a última sessão ocorreu dia 27 de julho aqui na Assembleia Municipal.-----

Neste período de discussão pública, desde a elaboração até ao seu término, foram registadas 377 participações, das quais 83 participações foram durante o período de elaboração, e 294 participações em sede de discussão pública, das quais 198 participações ocorreram no primeiro período, e 96 participações no segundo período de discussão pública. Como previsto no n.º 3 do Artigo 88.º do Regime Jurídico, a Câmara Municipal, elaborou um relatório de ponderação de discussão pública, onde foram ponderadas as reclamações, observações,

2025.07.17

sugestões e os pedidos de esclarecimento apresentados, assegurando um tratamento equitativo com fundamentos objetivos e claros.-----

Por sua vez, a Câmara Municipal, em reunião com a equipa do Plano, transmitiu que nesta fase pretendia ver viabilizadas as seguintes situações: as que se encontrassem imediatamente na continuidade dos perímetros urbanos e aglomerados rurais, a reposição das cérceas previstas no PDM em vigor, na zona da Regadinhas, Regadas de Cima e na Rua dos Carvalhos e também a eliminação das UOPG 7 e 8, tendo em conta os abaixo-assinados apresentados, mantendo, no entanto, a via prevista.-----

Houve necessidade de definir os critérios de ponderação, que teve a ver com a reapreciação da classificação do solo, a reapreciação da categoria de uso de solo sujeitos a condicionamentos legais, outros, ou ainda alterações da UOPG e alterações ao regulamento. A reapreciação da classificação do solo teve a ver com participações, em que foi sugerida a alteração da classificação do solo, implicando a redelimitação do perímetro urbano ou rústico, e consequentemente, a alteração da qualificação do solo. Quer isto dizer, que a classificação do solo sendo urbano ou rústico, ao mudar de rústico para urbano, nós temos que obrigatoriamente alterar a qualificação do solo. Houve também a reapreciação da categoria de uso de solo, em que as participações, em que eram sugeridas alterações na categoria de uso de solo, quer fosse urbano ou rústico, implicando a delimitação do perímetro, a consequentemente alteração da categoria de uso de solo. Temos também aquelas outras questões que estavam sujeitas a condicionamentos legais, que mais não são do que situações idênticas à primeira, da reapreciação da classificação do solo, só que nesta situação, havia implicação ou a pretensão limitada com reserva agrícola ou reserva ecológica, e então tínhamos que ouvir a tutela, porque a Câmara Municipal não podia tomar decisões, sem que isso acontecesse. Havia outras situações que diziam respeito



a assuntos transversais ao Plano, em que estes contributos eram de carácter geral e com incidência não local, mas na estratégia do Plano.-----

Houve também a necessidade de alterar as UOPG, em que houve participações, em que foi sugerida a criação, alteração ou eliminação das unidades de planeamento e gestão, implicando a criação, delimitação ou eliminação das UOPG. E como resultado desses contributos, houve também necessidade de fazer alterações ao Regulamento. Neste processo e durante a ponderação, houve necessidade de fazer reuniões com a Direção Regional da Agricultura, com o ICNF, com a CCDR Norte, por forma a enquadrar legalmente a tomada de decisão. Esta tomada de decisão é a resposta que foi dada aos diferentes contributos, ou foi favorável ou desfavorável. Logo, a primeira e a última situação Favorável, quando as propostas apresentadas satisfaziam as condições necessárias para constarem na versão final do documento, ou as Desfavoráveis, que era o inverso, que não satisfaziam as condições necessárias para constarem na versão do Plano.-----

Havia também uma situação que muitos dos contributos receberam, que era o favorável parcial. O favorável parcial, mais não é do que, vamos imaginar um terreno com grandes dimensões, em que foi considerada como habitação para poderem fazer uma habitação, mas a parte restante do terreno continuava afeta ao uso que tinha. As áreas abrangidas eram propostas que já se encontravam no Plano, e por isso tivemos situações dessas, eram viáveis, porque já estavam consideradas. Havia outras que se considerou que eram esclarecidas, que é quando se clarificam aspetos identificados, como suscitando ambiguidades, ou se responde a dúvidas levantadas pela participação, mas sem consequências no Plano. Havia também uma outra situação na tomada de decisão, que era o Desfavorável com enquadramento. A resposta, apesar de ser desfavorável, as entidades da tutela diziam não as vamos considerar de acordo com o que os

contributos pretendem, porque elas depois, se quiserem concretizar, têm enquadramento legal no respetivo regime jurídico. Temos um exemplo para perceberem melhor, tem a ver por exemplo, com uma situação de Reserva Agrícola, em que alguém quer fazer uma habitação e a Direção Regional da Agricultura, entendia que essa situação através da exceção prevista no artigo 22.º era possível. Por isso, é Desfavorável, mas tem enquadramento para vir a ser viável. E depois havia também as Desfavoráveis que já falámos.-----

Isto resumidamente, dos 377 contributos, temos 43% aqueles que foram Desfavoráveis e os restantes 57% foram Favoráveis, distribuídos pelo favorável, pelo esclarecido e pelo desfavorável com enquadramento. Tudo isto teve implicações depois no programa de execução. Nós tivemos por exemplo, a UOPG 4 e 6, que foram expandidas na sequência de contributos que foram apresentados. A UOPG 7 e a UOPG 8 foram eliminadas na sequência de apresentação dos abaixo-assinados, que por sua vez, deram origem a duas novas UOPG, a duas novas 7 e 8 e a uma 15 e 16, a maioria delas considerando e dando resposta a pedidos privados, para considerar a área urbana de baixa densidade. Na sequência das sessões de esclarecimento nas juntas de freguesia, também resultou a consideração de um novo projeto, que a Câmara Municipal entendeu acrescentar ao Plano de Ação, sendo este designado por implementação do projeto de fibra ótica, para territórios de baixa densidade, que visa dotar estes territórios destas infraestruturas, melhorando as comunicações ao nível da população e das atividades económicas. Na sequência das reuniões da Câmara Municipal de 12/03/2025 e de 8/07/2025, resultaram as seguintes alterações da classificação do uso de solo, não sujeitas à discussão pública.-----

Por isso, houve um espaço que deixou de estar considerado um espaço de baixa densidade, e passou a integrar outros espaços agrícolas, no lugar do Búzio e o edifício Almeida & Freitas, onde estava previsto o uso especial de equipamento,



passou a integrar um espaço habitacional. Ao nível do Regulamento, houve também algumas alterações, desde logo o artigo 21.º, que foi acrescentado áreas de risco de movimento de massa, em que foi uma imposição legal. Nos outros espaços agrícolas, passou a ser considerada uma outra possibilidade, que era a da reabilitação de habitações existentes, porque inicialmente estava previsto apenas projetos ligados à animação turística e atividades de recreio e lazer.-----

Ao nível do espaço habitacional, foi considerado um ponto que é a que diz sempre que a topografia do terreno permita, sem que haja alteração do número de pisos, pode ser considerado um número de pisos diferente no tardo da edificabilidade. Isto aqui para ultrapassar, nós temos alguns terrenos com uma inclinação acentuada, e por vezes, o número de pisos que nós temos na fachada principal é diferente do tardo. Ao nível dos espaços de atividades económicas, foi também considerado um novo ponto que diz o seguinte: *sempre que os espaços de atividades económicas confinem com outras categorias de solo urbano, nomeadamente construção de equipamentos e serviços, deverá garantir-se uma faixa verde contínua de proteção com a largura mínima de 10 metros, na categoria de espaços de atividades económicas.*-----

Ainda no Regulamento, a UOPG 7 e 8 que desapareceu, ou que foram eliminadas, deram lugar a novas UOPG 7 e 8, foi também considerada a 15 e 16, em que depois no artigo seguinte, estão a respetiva descrição de cada uma dessas UOPG. Nesta planta estão identificadas todas as alterações que resultaram da discussão pública, e que deu origem à nova planta de ordenamento, já contemplando as alterações resultantes da discussão pública. Em jeito de conclusão, temos aqui um quadro que compara o PDM ainda em vigor, o PDM que esteve em discussão pública e a proposta final.-----

Ao nível do total de construção no PDM ainda em vigor, tínhamos 1.810 hectares. A proposta que esteve em discussão pública tinha 1.857 hectares, e a proposta

2025.07.17

final tem 1.888 hectares. Ou seja, esta proposta do Plano Diretor Municipal, ao nível da área de construção, apresenta uma percentagem superior de 4,3%”.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais.-----

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e os Valecambrenses que assistiam à sessão através da transmissão online.-----

Afirmou que o Plano Diretor Municipal é por definição um dos documentos mais importantes, na vida de um concelho, e que não é apenas uma ferramenta técnica, é ou deveria ser uma declaração de intenções, um exercício de visão, um compromisso com o território e com as pessoas que o habitam, sendo nesse espírito que a sua bancada encarou esse momento, com respeito, responsabilidade e acima de tudo, com amor à Terra.-----

Em relação ao processo de revisão do PDM, referiu que durante quatro anos não foram chamados a participar, nem convidados a contribuir, tiveram apenas uma sessão de esclarecimento já no final, quando nada do essencial podia ser alterado, por isso, lamentam profundamente essa escolha. Na sua opinião, o planeamento ganha quando é plural e a democracia só se fortalece quando todos são chamados a dar voz às suas ideias, mesmo quando são diferentes.-----

No PDM destacaram como aspetos positivos, o desbloqueio de processos empresariais e familiares que estavam há muito tempo parados, podendo significar uma nova dinâmica e uma oportunidade para alguns projetos ganharem vida, sendo por isso que não votarão contra. A sua bancada reconhece que o PDM não responde a questões fundamentais para o futuro do concelho, porque o interior do concelho continua esquecido, as acessibilidades não são melhoradas, a água e o saneamento continuam a faltar em várias zonas, não existe uma política habitacional estruturada, nem um plano que responda ao drama da falta de habitação jovem e acessível. Frisou que a Câmara Municipal não criou em



doze anos um novo lote industrial público, retirando-se dessa responsabilidade, para deixar o futuro económico do concelho nas mãos da disponibilidade dos privados, e que o PDM apenas se limita a regular o presente e não prepara o futuro, porque falta-lhe ambição, ideia de conjunto e uma visão clara e partilhada de desenvolvimento. Questionaram qual seria o investimento previsto para a zona industrial da Calvela, porque isso preocupa-os enquanto eleitos e habitantes do concelho. Esclareceu que a abstenção da sua bancada não será um gesto neutro, mas sim uma forma de afirmar que o PDM apresentado, mesmo sendo necessário, será insuficiente.-----

- **José António Abrantes Soares de Almeida**, cumprimentou todos os presentes e os que acompanhavam a transmissão online.-----

Disse que o Plano Diretor Municipal é um instrumento de gestão territorial, que define a política do ordenamento do território, tendo subjacente a estratégia de desenvolvimento concelhio proposta pelo Executivo. Explicou que se trata de um documento que tem muita flexibilidade, e que a todo o momento poderá ser adaptado às circunstâncias pelo Executivo que o tiver, apesar de ter sempre muitas condicionantes, não pode apenas expressar a vontade do Executivo, porque existem muitas limitações e constrangimentos de diversa índole, alguns a nível comunitário, outros a nível de legislação nacional, que de facto comprometem que ele traduza a vontade de quem o propõe. Referiu que a Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional, o Plano Rodoviário Nacional, o Plano Nacional da Água, a Agenda 2030 e mais outras tantas disposições, condicionam esse documento, sendo o motivo de muitas vezes haver críticas, no sentido em que o documento do PDM não olha à coesão de todo o território, e não promove um desenvolvimento integrado do mesmo no concelho, por haver algumas condicionantes que existem de ordem legal. Afirmou que o PDM estabelece a estratégia de desenvolvimento municipal, que assenta

no princípio que o CDS apresentou quando se candidatou às eleições, sob o lema de fazer crescer Vale de Cambra, lema esse que foi sufragado pela população do concelho, com significativa maioria por três vezes, revelando-se um modelo de desenvolvimento baseado na indústria, a qual tem sido o grande motor do desenvolvimento concelhio.-----

Informou que em termos de geração de riqueza, a indústria transformadora de Vale de Cambra representa 65,9% do volume de negócios de toda a atividade concelhia, contra uma média nacional de apenas 23,9%. Em termos de geração de emprego, a mesma indústria transformadora emprega 55,1% da população e emprega em todos os setores, contra apenas 16,5% da média nacional. O índice local de desenvolvimento registado, que mede a taxa de desemprego em Vale de Cambra é de apenas 2,9%, sendo a mais baixa dos 17 concelhos da Área Metropolitana de Porto, e a quarta mais baixa de todos os 84 concelhos, que constituem a região norte. Trata-se de uma malha industrial competitiva e resiliente, que exporta 340 milhões por ano, contribui para o saldo da balança comercial portuguesa, e para a riqueza nacional em 145 milhões, revelando-se uma indústria que tem vontade de investir e de crescer, e que de momento aguarda que o PDM seja aprovado, para depois poder desenvolver muitos dos projetos que tem em carteira, porque o PDM obedece à estratégia do município, que prevê o reforço das áreas de desenvolvimento industrial.-----

Considerou a habitação um eixo prioritário do PDM onde também em paralelo, a Câmara Municipal tem estado a desenvolver a Estratégia Local de Habitação, com a transformação de algumas escolas que não estavam a ser usadas, em casas de habitação e com a requalificação para habitação, de duas casas cedidas pela Junta de Freguesia de Macieira de Cambra e pela Junta de Freguesia de Rôge, estando também a construir mais 20 fogos, devendo numa segunda fase entrar em construção mais um edifício que prevê 13 fogos. Recordou que já não



2025.07.17

ATA N.º 5/25

FL. N.º 133

havia habitação social promovida pela Câmara Municipal, desde o tempo do primeiro mandato do Dr. Fonseca, e que desde há cerca de 40 anos que nenhum dos anteriores executivos municipais promoveu a habitação social no concelho, como este executivo.-----

Acrescentou que as ARU Áreas de Reabilitação Urbana, no caso da reabilitação de habitação urbana, permitem aos seus proprietários a obtenção de benefícios fiscais consideráveis e o acesso a financiamento privilegiado. Em relação ao PDM, realçou que a forma como foi construído permite que se duplique todo o número de fogos que existem no concelho, para cerca de 12.000 alojamentos. No que se refere ao turismo, o PDM prevê uma ação de aproveitamento dos rios Caima, Teixeira e Arões, uma aposta forte no aproveitamento dos recursos endógenos do concelho, e também uma rede de conectividade ecológica com os três rios, Vigues, Caima e Teixeira, contribuindo assim para a coesão de todo o território.-----

Por último, em sua análise o PDM assenta em cinco eixos fundamentais, que englobam a consolidação das áreas urbanas e revitalização das áreas rurais, a promoção de uma economia dinâmica, inovadora e competitiva, a promoção do acesso à habitação pelos cidadãos, a dinamização do turismo e a promoção da sustentabilidade ambiental.-----

- **Manuel Correia de Campos**, no uso da palavra, na pessoa do Sr. Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes e os que estavam a acompanhar a transmissão online. De seguida, entregou à Mesa um documento que informa que iam aprovar um PDM fora de prazo, o que pode ter consequências graves, para o futuro dos Valecambrenses.-----

Lamenta que em dez anos não tenha sido feito um PDM, de acordo com a vontade da população. Em sua análise, no processo do PDM, houve arranjos pessoais que foram descobertos, depois de tantos protestos em tribunais. Tem

conhecimento que no PDM diminuíram a área de construção e aumentaram a área de indústria, e que terrenos urbanos com todas as condições, passaram para agrícolas. Na sua opinião também aprovam alterações sem consulta pública e fazem tudo à pressa, sem pensar no futuro do concelho, autorizando a construção em cima de linhas de água, de caminhos, a eliminação de canais de rega, o acesso a terrenos, e o desvio de cursos de águas. Acrescentou que o PDM vai dificultar a construção nas freguesias, de Arões, Cepelos e Junqueira. Embora não tenha concordado com o PDM apresentado, em prol dos jovens e dos empresários que esperam há anos para construir, votará a favor da aprovação do PDM.-----

O Sr. Presidente da Mesa esclareceu que o documento que deu entrada na Mesa, é um extrato de uma pesquisa no Google, onde refere que a lei estabelece prazos, para a revisão e aprovação do PDM, pelas Câmaras Municipais, e que não sendo cumpridos esses prazos, pode ocasionar o indeferimento tácito de projetos. Confirma-se que isso é verdade, mas não tem aplicação, no caso presente.-----

- Nelson Fernandes de Almeida, no uso da palavra, na pessoa do Sr. Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes e os que estavam a acompanhar a transmissão online.-----

Sobre os pedidos de esclarecimento remetidos à Câmara Municipal no âmbito do PDM, e apesar das sessões de esclarecimento e das informações que foram enviadas aos interessados, na sua opinião, seriam necessários alguns esclarecimentos adicionais, nas respostas que são dadas a esses pedidos. No caso dos pareceres não favoráveis, a título de exemplo, referiu que ser dada uma resposta apenas a dizer, que um terreno se encontra numa zona urbana ou rural, quando o requerimento pretende uma outra situação, no seu entendimento, por



vezes só essa explicação não é suficiente e muitas das pessoas ficam sem informação.-----

Em relação à percentagem de 43% de pareceres desfavoráveis, questionou se seria possível aferir desses 43% qual a taxa relativa à chamada parte alta do concelho, nomeadamente Junqueira, Arões e Cepelos, e quanto à área de construção, se seria possível saber se houve redução na chamada parte alta.-----

- **José do Nascimento Peres** cumprimentou todos os presentes.-----

De seguida proferiu a intervenção que se transcreve:-----

"Há quase 24 anos que ando por esta casa, eleito e integrado como independente nas listas do CDS. Não me arrependo disso, mas se soubesse o quanto me iriam custar estes últimos 4 anos, não teria aceitado este mandato. Porquê?-----

Permitam-me que use do meu direito de reserva, apontando só os pecados e não os pecadores, e me limite a dar-vos conta do meu desencanto por alguns, muitos e muitas vezes, terem enveredado por politiquices, por suspeições e denúncias infundadas, por guerras de alecrim e manjerona, numa autêntica caça às bruxas, esquecendo os que nos deram o seu voto na esperança de colocarmos os seus reais interesses e os do Município, acima de tudo e de todos.-----

Finalmente, por alguns, muitos e muitas vezes, se terem valido de truques e malabarismos, para emperrarem e criarem dificuldades ao executivo, que os Valecambreses escolheram maioritariamente para governar, obrigando-o, não raras vezes, a adiar decisões, sobrecarregando os serviços com inutilidades, protelando medidas urgentes e fundamentais, mas que não convinham aos seus interesses políticos e eleitoralistas.-----

Indo diretamente ao assunto que aqui me trouxe, é-nos proposto pelo executivo camarário que discutamos e aprovemos o PDM de Vale de Cambra, um documento fundamental para o desenvolvimento do território Valecambrense, que há muito devia ter sido discutido e aprovado.-----

2025.07.17

Só não o foi, e não é apenas uma percepção minha, porque além das demoras normais dos pareceres das várias entidades obrigatoriamente consultadas, das dificuldades técnicas da sua execução e da obrigatória e indispensável consulta pública, algum ou alguns se esganharam na procura de eventuais erros formais ou imperfeições técnicas, numa tentativa desesperada de atrasar ad aeternum a sua entrada em vigor.-----

Continuará a ser contestado, continuará a ser cavalo de batalha em saraus e reuniões político partidárias, zurzido na praça pública por alguns, mas e também, bem-vindo e desejado por muitos mais. Poderá não ser perfeito, poderá não agradar a todos, nem tal era de esperar, mas acredito que globalmente, acabará por ser aceite pela maioria dos nossos conterrâneos. Nunca seria possível agradar a todos.-----

Votarei, pois, a favor dele, porque acredito na competência técnica dos que direta ou indiretamente, contribuíram para a sua feitura e porque acredito também, na estratégia do executivo, na sua isenção, na sua vontade de defender os interesses do Município, e de bem servir todos os Valecambrenses.”-----

O Sr. Presidente da Mesa deu de imediato a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, que começou por dar resposta à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Almeida, transmitindo-lhe que colocou essa questão ao Dr. Armando e ficou a saber que esse trabalho não está feito, por isso, vai pedir aos serviços da Câmara Municipal, para fazerem esse levantamento e depois será distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal, e também pelas Juntas de Freguesia, para ficarem com essa informação. De seguida, por considerar demasiado importante o tema que ia abordar, deslocou-se para o púlpito e iniciou a sua intervenção conforme a seguir se transcreve:-----



“Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Vereadores, caros colaboradores da Câmara Municipal, público presente, uma saudação muito especial a todos aqueles que nos acompanham a partir de casa, quer seja em Vale de Cambra, em Portugal e também uma saudação a todos aqueles que estando no estrangeiro, e particularmente às comunidades Valecambrenses radicadas noutros países que nos estão a acompanhar, a todos saúdo com muita amizade.-----

Não vou fazer uma intervenção longa nem isso seria desejável depois de tanto tempo passado, tantos obstáculos e tormentas criadas, tantos desafios superados, e tanto trabalho realizado e também tanta gente aqui ou lá fora à espera da aprovação do PDM.-----

A minha primeira palavra, vai dirigida às muitas famílias que estão a viver situações verdadeiramente dramáticas, por não termos o PDM aprovado. São famílias que têm as suas vidas verdadeiramente adiadas, e muitas delas estão em desespero profundo, sem saberem o rumo a dar às suas vidas.-----

Tantas famílias angustiadas, pois venderam a sua casa na esperança de em dois ou três anos, poderem ter a sua nova casa e agora nem aquela que era a sua casa, nem a nova que ambicionavam ter, é uma realidade. São famílias que querem construir para regressar à sua terra e não o podem fazer, são investidores que estão desejosos de construir habitação multifamiliar, porque mais famílias se querem fixar em Vale de Cambra e aproximarem-se do seu local de trabalho, e sem habitação não o podem fazer, ou são empresas que pretendem construir e sem o PDM têm também o futuro das empresas adiado, não criando mais postos de trabalho, não podendo responder melhor aos seus clientes, equacionando algumas a saída de Vale de Cambra. Diria que é mau demais o que está a acontecer e o enorme prejuízo que se está a criar a Vale de Cambra, às famílias Valecambrenses e aos empresários de Vale de Cambra. Não me venham dizer

2025.07.17

que a culpa é do Presidente da Câmara Municipal ou da equipa técnica da Câmara Municipal que tanto trabalhou, tanto se dedicou e tanto profissionalismo pôs na construção deste PDM, que é um documento de elevada complexidade e que é acompanhado por cerca de 20 entidades diferentes, e supervisionado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte.-----

Existiram de facto alguns condicionalismos a que a Câmara Municipal é completamente alheia, nomeadamente a questão da Covid-19 que atrasou o processo, a dificuldade na obtenção de resposta por parte de várias entidades, facto que não é alheia a questão da revisão de quase todos os PDM do norte em simultâneo, e também a enorme demora na marcação das conferências decisórias por parte da CCDRN.-----

Não obstante estes problemas, houve a tentativa de agentes locais de criar sucessivos incidentes, com a finalidade única de atrasar todo o processo e de criar suspeições infundadas, contra tudo e contra todos os envolvidos no processo de revisão do PDM. Quem me conhece sabe que não sou dado a favores ou corrupções, que procuro que a legalidade esteja acima de tudo e também sabem, sabem bem que não faço nada em benefício próprio.-----

Por isso as ações movidas ou suspeitas levantadas com o intuito de obstaculizar o processo de revisão do PDM, provocaram atrasos consideráveis, danos morais irreparáveis, desgaste emocional, mas ainda estou aqui vivo com vontade de servir os Valecambrenses, pois esse foi sempre o meu propósito e o meu principal foco. Servir e não servir-me da coisa pública e nunca andar atrás de negociatas. Talvez isto incomode muita gente, mas sempre assim fui e assim continuarei a ser. Também sempre gostei de ajudar, sempre fui defensor de causas, sempre pugnei por estar ao lado de várias instituições que ajudadas verdadeiramente, agora são as primeiras a estar contra o Presidente da Câmara. Mas nestas questões o que verdadeiramente conta é a consciência, e chegar ao fim do dia



com a certeza de tudo ter feito em prol do bem comum e dormir com tranquilidade.-----

Que incomoda, incomoda, mas o mais importante é estarmos bem com o nosso interior e muitos certamente não estarão, e serão pessoas verdadeiramente de mal com a vida, com a sua consciência profundamente ferida, felizmente não são tantos assim, mas existem alguns.-----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Vereadores, minhas Sras. e meus Srs., passei por todas as revisões de PDM que ocorreram em Vale de Cambra, esta revisão foi de longe a mais aberta e democrática de sempre, todas as pessoas, instituições, empresas, associações culturais e desportivas, foram ouvidas ou tiveram várias formas de poder participar na construção deste documento. Muitos o fizeram outros não. A este nível da nossa parte mais era impossível de ser feito. Como sabem o documento final passou pelo crivo restritivo de cerca de 20 entidades e cada uma delas mais exigente que a outra.-----

A vontade da Câmara Municipal é obstaculizada e restringida por cada um dos crivos dessas entidades, pelo que muitas vezes se acusa a Câmara Municipal, quando na realidade tal não deve ser feito, pois a nossa vontade não se sobrepõe às exigências legais impostas pelas várias entidades.-----

Não obstante o que acabei de referir muito se conseguiu, quer nas reuniões setoriais, quer na fase final de negociação com ganhos claros para Vale de Cambra. Chegados aqui é importante que este documento seja aprovado, para cessarem os transtornos que a situação de não aprovação, está a trazer aos Valecambrenses, famílias, empresas e investidores em geral.-----

Passo a referir alguns dos aspetos relevantes neste processo e neste PDM.-----

Mudanças na legislação:-----

- A legislação que enquadra a revisão do PDM mudou profundamente.-----

- Desde logo, acabaram as áreas “a urbanizar” e passou a exigir-se rigor nos critérios de classificação do solo.-----

- O n.º 3 do Artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015 obriga a comprovar: Existência ou garantia de infraestruturas (transportes, água, saneamento, energia, telecomunicações);-----

Existência de aglomerados populacionais e atividades que gerem fluxo de pessoas;-----

E que tudo isto esteja programado dentro do horizonte temporal do plano.-----

Classificação do solo – o que muda?-----

- **Solo urbano:** só é urbano o solo que está urbanizado, edificado ou com obras em curso com cobertura legal.-----

- **Solo rústico:** mantém-se afeto aos usos naturais, agrícolas, florestais ou de conservação, com base na sua aptidão.-----

A proposta de solo urbano neste PDM é **rigorosa, fundamentada e não arbitrária.**-----

Ao nível da habitação, que foi uma das áreas que considerámos estratégica, a Câmara Municipal já avançou com a **Estratégia Local de Habitação**, com projetos financiados pelo PRR, reabilitação de várias escolas, duas habitações cedidas pela Junta de Freguesia de Rôge e Macieira de Cambra, que estão praticamente em final de requalificação, um projeto de 20 fogos em fase de construção e uma segunda fase já pronta a executar, com um edifício de 13 fogos, a que se somarão também outros edifícios.-----

A Carta Municipal de Habitação é um instrumento complementar e obrigatório em fase final. Uma das grandes conclusões desta carta é que o PDM permitirá **duplicar**, como já foi aqui referido, o número atual de alojamentos, (mais 12.000), somando aos cerca de 11.500 existentes em todo o concelho. Ao nível da indústria, propõe-se um aumento de cerca de **50% da área industrial**, passando



dos 205,5 hectares previstos em 2008, para os 311,6 nesta proposta, com localização preferencial no Rossio e em Algeriz até à Bel.-----

Devemos ter em conta a dificuldade em afetar terrenos para a indústria em Vale de Cambra, dada a topografia natural existente, contrastando com aquilo que muitas vezes acontece noutros municípios mais do litoral. Também a questão da valorização do interior, a valorização dos recursos naturais, apostamos no turismo da natureza e paisagem, com projetos ao longo do **rio Caima**, como também já foi aqui referido pelo Dr. Armando, **o eco trilho do rio Teixeira, o arranjo paisagístico do rio Arões, a rede de miradouros e o inventário de geossítios**. Serviços disponibilizados na Freita, prevendo-se a reabilitação da Casa da Tulha em Cepelos, que curiosamente teve recentemente o concurso para a sua construção aberto.-----

Estes projetos estão articulados com a **Estratégia de Eficiência Coletiva do PROVERE**, para a valorização das zonas de baixa densidade. A estratégia também aposta nos **produtos locais** e turismo ativo como forma de atrair mais investimento privado.-----

Uma das grandes novidades deste PDM, e que foi introduzido recentemente, prende-se com a aquisição do **Martins & Rebello**, que vai permitir a criação do **Museu Nacional dos Laticínios, um Centro de Tecnologia e uma Incubadora de Empresas Tecnológicas**, que será certamente um investimento transformador, que colocará Vale de Cambra num novo patamar de atratividade.

Ao nível das **infraestruturas de saneamento**, o plano identifica lacunas de abastecimento de água e saneamento. Propõem-se projetos concretos para as sedes de freguesia e lugares descritos no **Plano de Ação**, aqui também já com candidaturas efetuadas.-----

Ao nível da **mobilidade dois grandes eixos**, duas variantes estruturantes, a **variante norte** que ligará Codal, Calvário a Macieira de Cambra, e a **variante sul**

que ligará a Felgueira à zona industrial da Calvela, à Chã e por sua vez, da Chã à estrada nacional 328.-----

Este processo de revisão do PDM foi um processo aberto e transparente, foi um processo de planeamento com a maior participação de sempre, envolvimento de associações, IPSS, empresas e cidadãos, reuniões nas freguesias, quatro em cada uma delas, sessões de esclarecimento com a Comissão de Coordenação e a Universidade de Aveiro. Este foi um Plano feito de porta completamente aberta.

É também aplicável a esta nova geração de PDM, a sustentabilidade e a responsabilidade financeira. O novo PDM implica **compromissos orçamentais reais**;-----

- Só foi possível aprová-lo, porque a Câmara Municipal demonstrou cabimento orçamental, para a vigência do plano a (12 anos);-----

- O Planeamento agora é **financeiramente responsável** - sem o dossier económico, não poderá haver plano aprovado pela administração central.-----

As propostas podem ser **revistas a qualquer momento**, ao contrário da legislação anterior, que impunha um intervalo mínimo de 3 anos.-----

O que significa não aprovar o PDM?-----

- Estaríamos em **incumprimento legal**;-----

- Criaríamos **insegurança** para investidores e proprietários;-----

- Poderíamos perder **acesso a financiamentos comunitários**;-----

- Prejudicaríamos o **desenvolvimento urbano do concelho, no seu todo**.-----

Concluo dizendo que este PDM é uma **ferramenta atual, responsável e ambiciosa**. Está alinhado com a realidade legal, orçamental e com as necessidades do concelho, e representa um grande compromisso com o futuro de Vale de Cambra."-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais.-----

- **Ana Rita Fernandes Martins** cumprimentou todos os presentes.-----



Começou por referir que a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal em discussão, por si só, já carrega um histórico de mais de 10 anos de atropelos, adiamentos e falta de visão estratégica. Na qualidade de deputada eleita pelo PSD, afirmou com clareza que se irá abster na votação, e que a sua decisão não foi tomada de ânimo leve, mas sim em nome da responsabilidade e da coerência. Em nome da Comissão Política do PSD de Vale de Cambra, também afirmou que esta estrutura local não foi ouvida, nem solicitada para participar no processo e não foram devidamente consultados pelo executivo municipal, para um tema que deveria ser estruturante, participado e transparente.-----

Considerou lamentável que só agora, em vésperas de eleições, se tente correr atrás do prejuízo e que essa tentativa de remediar à pressa um processo que devia ter sido conduzido com tempo, diálogo e rigor, não lhes dá garantias nem lhes transmite confiança.-----

Frisou que este PDM não é do PSD, e que o PSD estará sempre disponível para defender os interesses dos Valecambrenses, e não deixarão de estar presentes na solução dos problemas, que a proposta apresentada, poderá trazer no futuro a todos.-----

Por fim acrescentou que a bancada do PSD está presente para construir, propor, melhorar e sobretudo, para garantir que o futuro de Vale de Cambra não é sacrificado por decisões apressadas, nem por agendas partidárias de última hora e por isso, irá abster-se na votação.-----

- **José António Abrantes Soares de Almeida** afirmou que ficou surpreendido, por terem dito que o PDM foi deixado para votação numa altura, quase de campanha eleitoral, quando de facto se as manobras dilatórias dos partidos da oposição não tivessem ocorrido, ele já tinha sido aprovado há alguns meses.-----

2025.07.17

- **Manuel Correia de Campos** no uso da palavra, sugeriu que fosse dada a palavra ao público, antes da votação, se estivessem todos de acordo e se fosse permitido.-----

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu a sugestão apresentada, e informou que antes da sessão houve uma reunião da Mesa com os representantes das bancadas e foi-lhes comunicado que não iam abrir essa exceção por duas razões, em primeiro porque o Regimento da Assembleia Municipal prevê que a intervenção do público seja no fim, de acordo do resto com o que está na lei atinente e depois tem razão de ser que a intervenção do público seja no final, porque tem o intuito de evitar que a pressão das pessoas, condicione a votação dos Srs. Membros da Assembleia Municipal. Por fim concluiu que não se justificava antecipar a intervenção do público, porque apenas se trata de um só ponto, e após a votação deste, seguir-se-á de imediato a intervenção do público.

- **Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho** questionou o deputado municipal José Soares de Almeida, sobre de que manobras falou, porque se forem relativas à bancada do PS agradecia que o esclarecesse, se não, que corrigisse.-----

Ausentaram-se durante a votação deste ponto, os deputados municipais, João Paulo Carvalho da Silva e Daniel Alexandre Martins Barbosa. -----

A Assembleia Municipal, com seis abstenções, cinco dos membros da bancada do PS e uma da deputada municipal do PSD, Ana Rita Fernandes Martins, deliberou por maioria dos vinte e três membros presentes, aprovar a segunda revisão do Plano Diretor Municipal, nos exatos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

Declaração de voto da bancada do PS, proferida pelo seu líder, Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho: -----

“A nossa abstenção na votação do Plano Diretor Municipal (PDM) reflete uma posição responsável, transparente e coerente com os princípios que defendemos.



Ao longo dos últimos quatro anos, a nossa bancada não foi envolvida no processo de revisão do PDM. Não fomos convidados a participar ou a contribuir, tendo apenas assistido, numa fase já final, a uma sessão de esclarecimento sem possibilidade de apresentar propostas ou alterações. Esta ausência de diálogo político representa, para nós, uma oportunidade perdida para enriquecer o processo com diferentes perspetivas e contributos. -----

Reconhecemos neste PDM aspetos positivos, nomeadamente a possibilidade de desbloquear investimentos empresariais e familiares que aguardam aprovação há demasiado tempo. Compreendemos a importância de dar resposta a essas necessidades e não queremos ser fator de bloqueio. -----

Contudo, não podemos ignorar as fragilidades estruturais deste documento. -----

Em 12 anos de governação, não foi criado um único novo lote industrial municipal. Com este plano, a Câmara Municipal abdica de liderar esse processo, transferindo a responsabilidade para o setor privado. Trata-se de uma decisão que, a nosso ver, compromete o papel estratégico do município no desenvolvimento económico. -----

Este PDM falha ainda na valorização do interior do concelho, na resposta à carência de habitação acessível, na resolução de infraestruturas básicas como água, saneamento e acessibilidades, e na definição de uma visão clara e integrada para o futuro do território. Perante este cenário, **abstemo-nos:** -----

- Porque não bloqueamos o que pode trazer benefícios imediatos; -----
- Mas também porque **não legitimamos um plano que não serve o concelho de forma equilibrada e estruturada.** -----

Esta declaração representa o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do concelho, com a justiça territorial e com uma governação mais aberta, participada e ambiciosa.” -----

2025.07.17

Declaração de voto do deputado municipal e Presidente da Junta da Freguesia de Macieira de Cambra, Vítor Sousa Tavares:-----

“Em minha opinião, esta revisão do PDM poderia ser mais audaz. -----

O PDM é elaborado mediante indicações de inúmeros organismos, organismos esses muitas vezes sem conhecimento da realidade local.-----

As minhas maiores reticências têm a ver com as áreas rurais, que com este PDM ficam um pouco mais sós. -----

No entanto, este PDM tem pontos positivos e são esses pontos que nós queremos salvaguardar, principalmente o desenvolvimento económico e social. Não querendo ser obstáculo ao desenvolvimento económico e social do nosso concelho, até porque existem neste momento enormes constrangimentos ao desenvolvimento industrial do nosso concelho.-----

Também muitos cidadãos aguardam esta aprovação do PDM para definirem muitos aspetos das suas vidas privadas e profissionais.-----

Eu queria mais, principalmente ao nível das infraestruturas, mas perante a necessidade da aprovação deste PDM e em nome do desenvolvimento do nosso concelho opto pela abstenção, abstenção porque é um meio termo entre a necessidade deste PDM e o que mais poderia ter sido feito ou tomado em conta.

Abstenção essa que não compromete a aprovação deste PDM e, consequentemente, o desenvolvimento deste concelho.“-----

Declaração de voto da deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins:

“Hoje discutimos aqui uma proposta de revisão do Plano Diretor Municipal que, por si só, já carrega um histórico de mais de 10 anos de atropelos, adiamentos e falta de visão estratégica. -----

Enquanto deputada municipal eleita pelo PSD, venho afirmar, com clareza, que me irei abster nesta votação. Esta decisão não é tomada de ânimo leve, mas sim em nome da responsabilidade e da coerência. -----



A Comissão Política do PSD de Vale de Cambra - e falo também em nome da nossa estrutura local - não foi ouvida, nem achada neste processo. Não fomos devidamente consultados pelo atual executivo municipal, liderado pelo CDS, num tema que deveria ser estruturante, participado e transparente. -----

É lamentável que só agora, em vésperas de eleições, se tente correr atrás do prejuízo. Esta tentativa de remediar à pressa um processo que deveria ter sido conduzido com tempo, diálogo e rigor, não nos dá garantias, nem nos transmite confiança. -----

Acima de tudo, é importante dizer: este não é o nosso PDM. -----

No entanto, e porque o PSD está cá, como sempre esteve, para defender os interesses dos valecambrenses, não deixaremos de estar presentes na solução dos problemas que esta proposta - que não é nossa - poderá trazer no futuro a todos nós. -----

Estamos cá para construir, para propor, para melhorar. E, sobretudo, para garantir que o futuro de Vale de Cambra não é sacrificado por decisões apressadas nem por agendas partidárias de última hora. Por isso abstenho-me. " -----

Declaração de voto do deputada Municipal Simão Pedro Nogueira da Silva Dias: -----

"Votei favoravelmente a proposta de PDM porque entendo que Vale de Cambra, os seus cidadãos e os seus empresários não podem continuar sem um instrumento de ordenamento em vigor. É urgente a estabilidade e previsibilidade do concelho, permitindo o desenvolvimento de projetos e investimentos e iniciativas que aguardam há demasiado tempo um quadro legal atualizado.-----

Contudo, não posso deixar de manifestar a minha preocupação e desapontamento pelo facto deste PDM revelar pouca sensibilidade para com a realidade da parte alta do concelho, nomeadamente Arões e Junqueira, que continuam a ser tratadas como territórios de segunda linha, quando na verdade

2025.07.17

são os guardiões de grande parte do nosso território natural, paisagístico e comunitário. Fica assim registado o meu voto favorável, mas também o compromisso de continuar a lutar para que toda a geografia do concelho e não apenas o seu centro urbano, seja tida em conta nas futuras decisões de planeamento e investimento.” -----

Declaração de voto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva: -----

“O meu sentido de voto foi determinado por razões de pragmatismo e bom-senso, e assenta numa cuidada ponderação dos interesses relevantes para o efeito, designadamente o das pessoas, empresas e instituições que têm premente necessidade de desbloquear o andamento dos seus processos, por um lado, e, por outro, o de, protelando a aprovação, possibilitarmos a introdução de melhorias no documento, debelando alguns constrangimentos e pugnando por um Plano que atenda, de modo ainda mais eficaz, à configuração do território municipal, à sua inserção geográfica, características populacionais, recursos (naturais, financeiros e humanos), situação de contexto e perspetiva de evolução geral nos vários domínios de atividade económica e vida societária. Sei que falo de objetivos nem sempre consonantes, de valores quantas vezes conflitantes e de normas de vida em sociedade de difícil compatibilização, tanto mais quanto muitos deles decorrem de sensibilidades diversas, e, também, de propósitos díspares. -----

A nós, e a mim em particular, cabe pugnar pelos interesses das populações que nos elegeram e representámos, com coragem, determinação e sem medo de alaridos ou receio de, com isso, fazer perigar interesses particulares ou propósitos pessoais de quem quer que seja. -----

Nessa medida, é para mim inquestionável que a aprovação da proposta da 2.ª revisão do PDM, ainda que com algumas insuficiência e limitações várias, é a



decisão que melhor defende o interesse do concelho e de todos quantos cá nasceram, vivem ou trabalham. -----

A AM, de resto, fez o seu trabalho, tendo reunido extraordinariamente três vezes sobre esta matéria, para além de muitas intervenções e deliberações feitas e tomadas em sessões ordinárias diversas. Para além disso, muitos membros da AM, de entre os quais eu próprio, apresentaram sugestões e propostas, para além de questões que foram sendo colocadas ao Executivo e ao Gabinete incumbido do processo de revisão. -----

Permitam-me aqui um inciso para agradecer a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores, como também a deferência do Sr. Dr. Armando Ribeiro, e do gabinete que coordena, ao longo de todo este percurso de anos. Na sessão de julho de 2024 partilhei convosco a minha opinião acerca da proposta de revisão em causa, dando-vos conta da minha preocupação com os seus efeitos no desenvolvimento da nossa terra. -----

Confesso-vos que mantenho tal reserva e apreensão. -----

Tenho de reconhecer, não obstante, que muita coisa foi alterada na sequência dos contributos prestados nessa Assembleia e na sequência da mesma. Diversas propostas foram acolhidas e algumas alterações foram introduzidas. Em razão disso, o Plano é hoje melhor. -----

Na habitação duplica-se o número de alojamentos; na indústria há um aumento de 105ha de área de construção relativamente ao Plano anterior; o abastecimento público de água e a rede de saneamento, essencialmente nos lugares do interior, representam uma aposta fortíssima do Município, a níveis nunca antes vistos. E tudo isto é tanto mais significativo quanto decorre num quadro de planeamento que, por força da lei, se exige rigoroso e exequível, dado que obrigatoriamente acompanhado dos correspondentes recursos financeiros do orçamento Municipal.

2025.07.17

Finalmente, a minha decisão teve também em conta que o PDM é, face à atual legislação, um documento dinâmico, estando facilitada a possibilidade de proceder a alterações e agilizada a forma de introduzir ajustamentos, pelo que, com a aprovação do PDM, os próximos autarcas passam a dispor de um instrumento de gestão que potencia a sua ação e a obtenção de fundos, mas não condiciona a sua atuação nem a aplicação da estratégia de desenvolvimento que entendam mais adequada à nossa terra e ao nosso povo. " -----

Ausentou-se definitivamente da sessão, o deputado municipal, Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho e regressaram à sessão os deputados municipais, João Paulo Carvalho da Silva e Daniel Alexandre Martins Barbosa. -----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.---
Do público presente, registaram-se três intervenções, cujo teor sumariamente se regista:-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos munícipes por ordem da sua inscrição:-----

- José Pedro Vieira de Almeida cumprimentou todos os presentes e todos os que acompanhavam através das redes sociais. Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Mesa e disse-lhe que o relatório de discussão pública, que foi presente à reunião de Câmara e à Assembleia não menciona nomes, não menciona locais, e quem o lê não sabe minimamente do que é que está a tratar. Convidou todos os presentes a consultarem o site da Câmara Municipal do Porto, que provavelmente tem as mesmas regras legais que Vale de Cambra e que estará sujeita também às regras que o Sr. Presidente da Mesa mencionou de proteção de dados, que no caso de Vale de Cambra não existem, mas se forem ver uma ficha que está nesse relatório, a mesma tem o nome do requerente, a pretensão do requerente, o que estava antes, o que estava depois, as plantas a exemplificar isso, e depois



tem a fundamentação, a dizer se aceitou ou não aceitou a pretensão do requerente. Só não consta lá o número de telefone, onde é que ele mora, o número de identificação fiscal, porque isso é que são proteção de dados, mas o resto não é proteção de dados. Na sua opinião quem vota Planos, cujo relatório não consegue perceber o que é que lá está, para si isso não é transparência. Acerca do PS e do PSD não terem sido ouvidos, no seu caso, também foi autarca durante quatro anos, já decorria a elaboração do PDM e também não foi ouvido, e por isso afirmou que o PDM é da exclusiva responsabilidade do executivo da maioria CDS, e por isso, tudo o que tiver de bom será mérito do CDS, mas também tudo o que tiver de mau será da responsabilidade do CDS, quando na realidade o PDM já podia ter sido aprovado há muito tempo, tendo já decorrido sete anos. Alertou para o facto de se assistir ao desespero de muitos industriais que não tem um lote onde possam construir ou ampliar a sua indústria, porque a maioria CDS durante doze anos não construiu um lote industrial.-----

Sobre a preocupação manifestada pelos deputados do interior relativamente a Arões, Junqueira, Cepelos, e parte de Castelões, afirmou que atualmente uma família que viva em Arões, em que o pai possua um terreno com três ou quatro mil metros, tenha dois filhos e queira fazer um destaque de uma parcela, para dar metade de um terreno a um filho e metade de um terreno a outro, para que ele possa construir, não o vai poder fazer, porque classificaram o terreno como área rústica, quando poderiam tê-lo feito como área urbana de baixa densidade.-----

Por fim dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e disse-lhe que esperava que ele na sua intervenção apresentasse o que é que ia ser o PDM nos próximos quinze anos e quais seriam os benefícios que iria trazer para o concelho, mas sua opinião, o Sr. Presidente perdeu o tempo todo a fazer aquilo que fez durante doze anos, que foi vitimizar-se.-----

O Sr. Presidente da Mesa no uso da palavra, esclareceu que consta da Lei e do Regimento da Assembleia Municipal, que a palavra é concedida aos cidadãos para solicitar esclarecimentos, não propriamente para comentar as intervenções antecedentes. Referiu também em complemento do que disse no início, que a inexistência dos nomes, independentemente de ser possível que os nomes lá estivessem, mas o facto de não estarem, permite, com vantagem, assegurar aquilo a que as entidades públicas estão obrigadas, que é o dever de conservar a equidistância em relação a interesses particulares, porque, não estando lá o nome, não se sabe de quem está a votar, vê-se a situação objetivamente, sem o nome, e portanto, não é possível sofrer influências, seja em que sentido for.-----

- Amílcar Manuel Oliveira Braga interveio como Codalense, disse ter lá vivido e conhece as pessoas, ouviu-as e sabe a sua opinião, tendo sido apresentado um abaixo-assinado que contém mais de seiscentas assinaturas, representando quase a totalidade da população de Codal, que se manifestou contra uma medida que fica consignada no PDM com a sua aprovação, medida essa que vai prejudicar e de que maneira, as populações.-----

Frisou que é uma vergonha aquilo que se passou, sobre a extensão da zona industrial até ao jardim de infância de Codal. Afirmou que no terreno onde vai ser instalado o prolongamento da zona industrial, era zona florestal e foi comprado por uma pessoa a preços de tostões e depois foi vendido, ou pretendem que seja vendido por milhões, pois ainda o PDM não estava aprovado, e entraram lá máquinas a revolver o terreno, já com um negócio, e soube que houve o interesse de uma pessoa que foi acolhido pela Câmara, em detrimento de seiscentas e tal pessoas, que assinaram o abaixo-assinado e que justificaram, porque é que não devia ser alargada a zona industrial. Recordou que Codal é das freguesias mais prejudicadas porque está a ser envolvido por zonas industriais, com águas a serem cortadas e com poluição, e também em Cerqueda, que estava prevista ser



construída uma mini zona industrial, atualmente é uma zona industrial enorme. Soube que tentaram construir uma outra zona industrial, na zona da Ribeira até Teamonde e não foi aceite por razões que alguém conhece. Também a zona nobre de Codal foi tomada pela Vicaima Industrial, que condicionou a vida toda das pessoas, e na zona industrial de Codal, Lordelo, que está a envolver a freguesia para outro lado, querem estender para fechar tudo, ficando Codal entaipado entre as zonas industriais, quando há zonas industriais no concelho, como a da Calvela, que poderia acolher muitas e muitas empresas e não acontece isso, porque não foram acauteladas as acessibilidades para essa zona. Referiu que conhece muitos empresários que estão preocupadíssimos com uma coisa que não está a ser resolvida, que é a falta de uma obra qualificada, porque os jovens não têm em Vale de Cambra condições para se fixarem e vão-se embora. Afirmou que a solução que foi consignada sendo um dia negro e um dia de vergonha para quem a tomou, e o Sr. Presidente da Câmara, que é nado e criado em Codal, não fez nada para acolher aquilo que foram as seiscentas e tal assinaturas que se manifestaram contra, com razões devidamente fundamentadas, que considerou e as pessoas também, e com quem tem falado, têm dito isso, que se consideram traídas. Também o Sr. Presidente da Junta não fez nada em prol de Codal, e nessa matéria não moveu uma palha sendo também conivente com a essa situação, tal como são coniventes todas as pessoas que votaram a favor, quando podiam muito bem ter acolhido as pretensões daquilo que são as populações de Codal.-----

- **José António Leite**, interveio como Codalense e manifestou o seu descontentamento pelo facto de virem a construir uma fábrica junto a uma creche, na sua freguesia de Codal, e deste modo considerou lamentável haver fábricas em sítios que não devem ser construídas e águas contaminadas, embora não seja contra as fábricas, nem contra os empresários, na sua opinião as zonas

2025.07.17

industriais devem ser feitas nos sítios adequados, e não à frente, de uma creche, onde estão crianças, onde vão andar camiões. Considerou de lamentável a aprovação do PDM, no que concerne à freguesia de Codal, e disse ser uma pena os senhores autárquicos que conhece não terem feito nada, em prol das seiscentas assinaturas que foram feitas, para ajudar a freguesia onde eles nasceram e foram criados.-----

- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro**, no uso da palavra dirigiu-se às pessoas de Codal, e afirmou que tudo aquilo que ia dizer, seria dito de coração, que não se ia vitimizar, mas sim fazer uma constatação de uma realidade, porque foi apelidado de traidor da freguesia de Codal. Obviamente que não concorda com o que afirmaram e passou a reavivar a memória das pessoas de Codal. Recorda-se do momento da sua primeira eleição, para Presidente da Junta de Freguesia de Codal e do trabalho realizado, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, poderá ser fastidioso, poderá parecer pretensiosismo mas não é mais do que a reposição da verdade, verdade factual e com as coisas tratadas pelos nomes.-----

Começou por lembrar que durante 12 anos pagou para ser Presidente de Junta de Freguesia, e durante esse período nunca recebeu um euro do erário público. Pagou para servir a sua comunidade. Recorda-se que quando chegou à Junta de Freguesia, a maioria das ruas eram em terra batida e quando saiu, deixou várias ruas novas e todas pavimentadas, designadamente:-----

A rua da Vicaima que hoje é o principal acesso a Codal. A ligação do Fundo da Aldeia aos Lagos era um caminho mau agora é uma estrada com boas condições. A ligação do Largo dos Lagos à Igreja antes era um caminho intransitável, hoje uma rua de qualidade. A rua de Santiago entre Cerqueda e o Largo da Val, antes uma rua estreita hoje uma via com boas condições. A rua Gabriel Pinho da Cruz, acesso ao esguicho antes inexistente hoje uma via altamente habitada. A rua de



Cerqueda a Valverde e de Valverde à 227, antes inexistente, hoje é uma realidade. A rua de ligação do Largo dos Lagos à Cruzinha, antes um caminho enlameado e intransitável, hoje uma rua com qualidade. A rua do Paúl antes um caminho intransitável, hoje uma rua que cumpre a sua missão. A rua da Portela aos Negrais antes inexistente hoje uma realidade. A rua da Estrada antes em terra batida, hoje uma estrada normal. A rua dos Areais antes um caminho intransitável, hoje uma rua que cumpre a sua missão. A ligação da rua de Santiago a Valverde, antes um caminho quase intransitável hoje uma rua normal. A rua do Poeta antes um caminho intransitável, hoje uma rua perfeitamente transitável. A rua da Cumieira, antes um caminho em terra batida, hoje uma estrada normal. Também muitas outras coisas e de enorme relevância foram feitas, tais como a renovação integral da rede elétrica e a iluminação de ruas e caminhos, porque antes existiam meia dúzia de lâmpadas de iluminação pública em toda a freguesia. A ampliação e requalificação do cemitério da Freguesia. A construção do Parque de Lazer dos Lagos e a sua cuidada manutenção enquanto esteve na Junta. A construção do polidesportivo do Barreiro, a ampliação e requalificação da escola primária, o acesso à Senhora da Graça e por fim, a construção da rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, representando a maior cobertura em percentagem de entre as várias freguesias, e também acresce que Codal foi a primeira freguesia a ter gás natural. Acrescentou que muito do trabalho feito em Codal, remonta quase exclusivamente ao tempo em que foi Presidente de Junta, período que foi de claro crescimento da freguesia de Codal que também aconteceu ao nível populacional nesse período.-----

Frisou que não admite ser apelidado de traidor, considerando isso no mínimo insultuoso e injusto, podendo afirmar sem margem para dúvidas, que não há em Codal alguém que tenha trabalhado mais do que ele pela freguesia, e nunca faria nada que prejudicasse a sua freguesia, por isso, não será esta proposta do PDM

2025.07.17

que beliscará essa realidade, antes reforça a importância da freguesia e abre novas oportunidades de investimento, emprego e fixação de pessoas. Sendo Vale de Cambra um concelho de empreendedores, achou estranho que se criem movimentos que contrariem esse ADN. Sobre a zona industrial, esclareceu que não será possível licenciar qualquer fábrica para aquele local, sem primeiro ser obrigatória a criação de afastamentos e a criação de cortinas arbóreas, pois tudo isso, permitirá mitigar qualquer efeito eventualmente nefasto, e as empresas atualmente, ao contrário do que muito se vai afirmando, são responsáveis e estão obrigadas aos cumprimentos das normas ambientais, e muitas das empresas tecnológicas são completamente isentas de criação de poluição. A seu ver não se deve dramatizar muito esse assunto, até porque em muitas empresas do país, algumas delas têm creches dentro das suas próprias instalações, e na sua opinião, haver uma creche próxima de uma área industrial, poderá ser também uma excelente ajuda às famílias, que precisam deixar as suas crianças.-----

A Assembleia Municipal, após votação separada, **deliberou, por unanimidade** dos 24 membros presentes, aprovar, nos termos do n.º 4 do artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal, o texto das deliberações tomadas, aprovando-as, de igual modo, **em minuta**, para a produção de efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de 24 deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas 22 horas, da qual, o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pela Primeira Secretária.-----

O Presidente



A 1ª Secretária

